

# CORPOS EDUCADOS, PERIGOS CONTROLADOS: AS CONTRIBUIÇÕES DA GINÁSTICA ESCOLAR PARA A REMODELAÇÃO URBANA CARIOCA<sup>1</sup>

José Cláudio Sooma Silva\*  
Maria Zélia Maia de Souza\*\*

**Resumo:** O artigo dialoga com outros estudos em História da Educação que têm procurado investigar o entrelaçamento dos saberes e práticas educacionais com as iniciativas de reforma urbana implementadas a partir da virada do século XIX para o XX. Nessa medida, tendo como fonte principal uma obra que foi redigida por Arthur Higgins, *Compendio de ginástica e jogos escolares*, publicada no final do século XIX, problematiza as interferências dos debates educacionais no ambiente urbano da cidade do Rio de Janeiro. O foco recaiu sobre as “contribuições” que a ginástica escolar prestaria para a organização das formas de a população interagir com a lógica almejada para a capital durante os anos Pereira Passos (1902-1906).

**Palavras-chave:** História Da Educação. História Da Cidade Do Rio de Janeiro. Ginástica Escolar.

## *Bodies educated, dangers controlled: the contributions of gymnastics school for the carioca urban remodeling*

**Abstract:** *The article establishes dialogues with other studies in History of Education that have been trying to peer the interweaving of knowledge and educational practices with urban reform initiatives implemented since the turn of the*

---

\* Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo; Professor Adjunto de História da Educação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Av. Pedro Calmon, 550 – Cidade Universitária Rio de Janeiro, RJ, 21941-901; claudiosooma@gmail.com

\*\* Doutoranda em Educação (Conceito Capes 7) pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Professora substituta de Introdução à Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; zeliammaia@yahoo.com.br

*nineteenth to the twentieth. In this sense, based on analysis of one book that was written by Arthur Higgins, Compendio de ginástica e jogos escolares, that was published in the late nineteenth century, this study problematizes the interferences of educational debates in the urban environment. The focus was directed on the “contributions” that gymnastics school would provide for the organization of the forms of the population interact with logic required by the capital during the Pereira Passos administration (1902-1906).*

**Keywords:** *History Of Education. History Of De City Of Rio de Janeiro. Gymnastics School.*

## 1 INTRODUÇÃO

A administração de Francisco Pereira Passos (1902-1906) há tempos vem sendo alvo de investidas por parte da comunidade de historiadores<sup>2</sup>, isso porque foi a partir, principalmente dessa gestão, que os projetos de remodelação arquitetônica se tornaram uma constante no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. Em um esforço de síntese, pode-se afirmar que o conjunto de intervenções urbanas engendrado por Pereira Passos buscou, em larga medida, a sua legitimação a partir do entrelaçamento de concepções médico-higiênicas.

Contudo, apontar para este entrelaçamento significa, de início, direcionar as atenções para os anos imperiais, mais precisamente para a década de 1830. Afinal, segundo Engel (1989, p. 53), localiza-se nesse período “[...] uma produção médica voltada, prioritariamente, para questões relacionadas ao cotidiano urbano [...] com a criação da Academia Imperial de Medicina e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”. Ainda para a pesquisadora, na fundação das duas instituições de saúde estavam os desejos de controlar as várias “[...] doenças endêmicas que assolavam a Capital Federal, como a febre amarela, a disenteria, a varíola e outras” (ENGEL, 1989, p. 53).

Não faltavam motivos que justificassem, já na segunda metade do século XIX, as preocupações de ordem médico-higiênica em relação ao cotidiano da cidade (GONDRA, 2004). A geografia urbana, marcada decisivamente pelo traçado irregular e atabalhado de ruas, becos e vielas, morros, pântanos e mangues, constituía-se como foco potencial para epidemias avassaladoras (febre amarela, *cholera morbus*, peste, varíola, difteria, tifo, febre tifoide, tuberculose aberta e lepra ulcerada). Nessa direção, por exemplo, somente entre 1850 e 1901, 56 mil habitantes haviam falecido em consequência da febre amarela (GRAHAM, 1992, p. 130).

Acontecimentos desse porte contribuíram para que, paulatinamente, as questões médico-higiênicas da capital sofressem uma alteração em suas características. Nesse sentido, grande destaque deve ser conferido a uma, por assim dizer, transferência de responsabilidades. Pelos Decretos n. 4.463, de 12 de julho de 1902 e n. 966, de 02 de janeiro de 1903, objetivando aumentar sua eficácia, estabeleceu-se que o serviço municipal de higiene defensiva ficaria a cargo do Governo Federal. Com essa iniciativa administrativa foi instituída “[...] a verificação dos óbitos ocorridos na cidade, pelos médicos da Diretoria Geral de Saúde Pública e tornado obrigatório o isolamento dos doentes infectantes e a desinfecção dos domicílios” (SINGER; CAMPOS; OLIVEIRA, 1978, p. 108). Ainda no início de 1903, em meados de abril, em razão da grande ameaça advinda da epidemia da febre amarela, foi decretada a criação do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, “[...] tendo o Hospital São Sebastião sido modificado para nele ser realizado o isolamento dos doentes” (SINGER; CAMPOS; OLIVEIRA, 1978, p. 108-109).

Percebe-se que o interesse médico pelo corpo social (corpo este encarado enquanto palco de manifestação e de transmissão de doenças) expressava, primordialmente, o objetivo de controlá-lo por meio de uma política de higienização. Desse modo, por intermédio do diagnóstico, seguido do tratamento e isolamento dos contaminados, esperava-se melhorar as condições de salubridade da capital.

A esse *modus operandi*, que caracterizava os saberes médico-higiênicos até finais do século XIX, a administração Pereira Passos – contando com um irrestrito e incondicional apoio político e econômico do Governo Federal – acrescentou outra prática: a de atrelar às medidas de diagnóstico, tratamento e isolamento o fator planificação urbana (SILVA, 1995, p. 57).

Era irrestrito e incondicional porque o Governo Federal concedera poderes quase ditatoriais, durante seis meses, para o recém-empossado prefeito Francisco Pereira Passos. Afinal, em 29 de dezembro de 1902 (um dia antes da posse de Passos), o Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves “[...] promulga o decreto Federal n. 939, que alterava a lei orgânica do Distrito Federal (Lei n. 85, de 20 de setembro de 1892)”. Este Decreto Federal acabou por silenciar o poder de voto do Conselho Municipal, fazendo com que Pereira Passos tivesse “[...] plena liberdade de ação para legislar por decretos, dispor discricionariamente do aparelho administrativo municipal e realizar operações de crédito sem a anuência do legislativo” (BENCHIMOL, 1992, p. 268-269).

Estavam criadas as condições para que os discursos médico-higiênicos passassem, com a virada do século, a operar, também, sob as influências das pás

e picaretas do assim chamado “Hausmann Tropical”<sup>3</sup>. De algum modo, portanto, no correr dos primeiros anos do século XX, principalmente em razão de um aprofundamento das experiências empreendidas durante o século XIX, pouco a pouco se foi delineando a concepção de que já não bastavam, para a erradicação das epidemias, diagnosticar, isolar e tratar os doentes. Passava a ganhar proeminência a ideia de que deviam as práticas de saneamento se preocuparem com um trabalho de prevenção a ser imposto à capital.

Os experimentos científicos de Pasteur e Koch já apontavam, desde a década de 1870, que não era a inalação do ar contaminado, mas os germes infecciosos propagados pelo contato indireto estabelecido entre as pessoas de uma determinada localidade, os responsáveis pela profusão de doenças contagiosas. Ainda assim o projeto de remodelação da cidade se caracterizou pelo emprego de estratégias de intervenção pautadas, sobretudo, na teoria dos miasmas. E, desse modo, avenidas foram rasgadas, ruas alargadas, morros destruídos, moradias aniquiladas, objetivando a livre circulação dos fluidos, do ar e da água, de modo a assegurar a boa saúde dos cariocas (RAGO, 1985, p. 168).

Configurando, ainda, o quadro de preocupações de ordem preventiva, a partir do qual se tentava imprimir novas tonalidades ao colorido urbano da capital, deve-se destacar, principalmente, a fase inicial da administração Pereira Passos. Afinal, foi nesse período que o Prefeito procurou atrelar e fundir ao movimento do “bota-abaixo” a difusão de regras de sociabilidade, tendo como objetivo último a adoção de comportamentos sadios e preventivos por parte dos habitantes. Coibição de serenatas; perseguição às prostitutas, aos mendigos, capoeiras, vadios, malandros, cafetões, boêmios; proibição de urinar e escarrar em localidades públicas, de empinar pipas, de acender fogueira e fogos de artifício, de brincar o entrudo, foram algumas das medidas implementadas e/ou atualizadas pelo Prefeito.

Assim, tanto as providências voltadas para a remodelação dos aspectos arquitetônicos quanto os decretos relacionados a moldar o comportamento da população expressavam, em certo sentido, o interesse médico-higiênico de controlar preventivamente os aspectos físicos e sociais da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, ao se estudar os projetos de reestruturação urbana não se pode desconsiderar as alterações sofridas pelo meio social no qual eles se desenrolaram. Afinal, tanto a cidade quanto seus projetos de remodelação somente adquirem sentido se pensados como acordos tácitos estabelecidos, cotidianamente, pelos habitantes em certo período histórico.

[...] a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem – é um produto da natureza e particularmente da natureza humana (PARK, 1979, p. 26).

Sob os aspectos que o autor nos convida a pensar, perscrutar os projetos de remodelação e embelezamento de uma cidade implica estar atento aos dispositivos disciplinares que pretendem constituir um conjunto de regras e normas de ocupação e circulação para os seus habitantes. Sem que se perca essa dimensão estratégica, os pesquisadores devem observar que é a partir da relação entre essa vontade disciplinar e os procedimentos táticos de subversão que uma realidade é construída (DE CERTEAU, 1994; FOUCAULT, 2006).

De posse das considerações, a importância de analisar as iniciativas reformistas empreendidas nos anos em que Pereira Passos esteve à frente da Prefeitura da cidade reside, principalmente, em dois fatores. O primeiro relaciona-se à possibilidade de lançar nova luz sobre a reflexão histórica da sociedade carioca, oferecendo indícios de como os mecanismos de poder tentavam configurar os seus dispositivos disciplinares no período.

O segundo, justamente pela questão de os projetos de remodelação modificarem diversos aspectos do cotidiano, refere-se, também, a indícios de como a população estabelecia relações com os novos espaços e tempos. Afinal, não se deve desconsiderar que ao projetar o olhar em direção ao meio social – algumas vezes desobedecendo, desafiando, protestando; outras, assimilando, correspondendo, acatando as regras e normas – estamos tratando, em 1900, de 811.443 pessoas (LOBO, 1978; SEVCENKO, 1985). E, muito mais significativa do que o número total, é a heterogeneidade – em relação à nacionalidade, condição social, modos e tradições – característica desse grande conjunto populacional<sup>4</sup>.

Este grande conjunto populacional de diferentes formas, não se pode negar, passava a conviver cotidianamente com intensas e contínuas modificações do ambiente urbano. No entanto, para a efetivação das medidas de remodelação

– urbana e social – intentadas, apenas o incremento dos mecanismos governamentais de policiamento e repressão não seria suficiente.

Afinal, legitimadas pelas concepções médico-higiênicas, as medidas preventivas implementadas pela administração Pereira Passos apostavam em uma modificação nas tradições, modos e comportamentos dos habitantes. Algo, portanto, que para além das medidas de fiscalização e punição deveria passar pela internalização de outras condutas e hábitos por parte da população. O que significa que a relação entre “governantes e governados” deveria, sim, pautar-se nas imposições e controles oficiais, mas também nos “atos de se autogovernar” exercitados constantemente pelos sujeitos sociais. Por outras palavras, gradativamente, investia-se em um entrelaçamento da ação ou ameaça dos mecanismos de fiscalização e vigília governamentais com o autodisciplinamento, autocontrole e autorregulamento que cada sujeito faria de si próprio nas interações sociais cotidianas, de modo a acatar e valorizar o próprio governo (FOUCAULT, 1982).

Indícios de que, para o bom andamento da reforma urbana, o autodisciplinamento, o autocontrole e o autorregulamento deveriam ser incutidos e multiplicados no meio social podem ser perscrutados, por exemplo, a partir da paulatina importância que passaram a adquirir na cidade as prescrições relacionadas à ginástica escolar. As possíveis contribuições dessa disciplina para a organização das formas de a população interagir com a lógica almejada para a capital, a partir dos anos Pereira Passos, serão temas das próximas seções.

## **2 “ACOSTUMAR O CORPO A OBEDECER À VONTADE”: SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DO COMPENDIO**

De antemão, deve-se pontuar que extraímos a parte sublinhada do subtítulo da obra que será tomada para a análise, que foi aprovada unanimemente pelo Conselho Superior de Instrução, em 28 de janeiro de 1902: *Compendio de gymnastica e jogos escolares* (1896). Seu autor, o professor Arthur Higgins (1860-1934), era natural de Petrópolis (RJ) e contribuiu ativamente para a difusão do ensino de ginástica em escolas públicas e privadas do Município Neutro, posteriormente também do Distrito Federal. No que tange à sua atuação docente, entre outras, trabalhou nas seguintes instituições educacionais, aliando ao ensino de ginástica evoluções militares e esgrima: Escola Normal, Colégio Pedro II, Colégio Alfredo Gomes, Colégio Mairink, Colégio São José, Asilo de Meninos Desvalidos. Em 1899 foi, ainda, um dos responsáveis pela introdução no Brasil do

*football*, jogando com os alunos do Externato Pedro II, no Campo de Santana (SOBRINHO, 1940); em 1902 publicou pela *Typographia do Jornal do Commercio* o *Manual de Gymnastica Hygienica. De um e outro sexo de oito a cinquenta annos de idade. Ilustrado com figuras explicativas*.

Já no século XX, mais precisamente em 1934, ano do falecimento de Higgins, o *Compendio de gymnastica e jogos escolares* foi reeditado (GOMES DA SILVA, 1999). Nesse específico, cabe aclarar que para a elaboração dessa reflexão trabalhamos com essa reedição. Assim, de modo exploratório, procuramos perscrutar algumas características da obra que, acreditamos, possam ser relacionadas à tentativa de remodelação dos comportamentos e tradições da população carioca intentada pela administração de Pereira Passos.

À vista dessas considerações, um primeiro aspecto que desperta interesse sobre o *Compendio* se refere à circulação de comentários da obra em diferentes veículos noticiosos cariocas do período. Nesse movimento, notas no *Jornal do Commercio*, na *Gazeta de Noticias*, n° *O Paiz* e na *Gazeta Commercial e Financeira*, entre outros, marcaram presença em outubro de 1896 e novembro de 1899. A título de exemplo, em 3 de outubro de 1896, o *Jornal do Commercio* tornava público o seguinte comentário:

O estimado professor de gymnastica Arthur Higgins acaba de publicar o livro primeiro do seu “Compendio de Gymnastica e Jogos Escolares”. Nesse primeiro livro expõe o auctor o traço geral da sua obra, cuja utilidade revela-se logo ao leitor nesta parte, expondo os preceitos que deve seguir um professor de gymnastica. Aproveitando mais as lições da sua grande experiência do que a de estranhos que nem sempre pode dar o ensino adequado para alumnos que tenham de fazer exercicios no nosso clima. O Sr. Higgins expõe de modo claro e com methodo a matéria que professa (JORNAL DO COMMERCIO, 1896 apud HIGGINS, 1934, p. 8).

Pela leitura se percebe o enfoque, sobretudo, “positivo” a partir do qual o/a responsável pela nota discorreu sobre o escrito. Mas essa perspectiva “favorável” à obra de Higgins não foi uma característica exclusiva do *Jornal do Commercio*. Antes mais, pelos excertos que se encontram compilados na reedição que estamos trabalhando (1934), nota-se que outros jornais também teceram elogios. Tanto assim que, ainda em 1896, entre outros, a *Gazeta Commercial e Financeira* destacava que o “[...] Compendio “preencher[a] uma grande lacuna no nosso ensino” (GAZETA COMMERCIAL E FINANCEIRA, 1896 apud HIGGINS, 1934, p. 9).

Essa “boa recepção” do *Compendio* por parte de muitos veículos de imprensa em finais do século XIX indicia duas principais questões. A primeira alude para uma rede de relações que foi costurada por Higgins no período. Fazendo uso de seu prestígio como reconhecido professor de ginástica, encontrou nesse canal de comunicação um local privilegiado para pôr em circulação a obra. Nessa direção, em um esforço estratégico de legitimação, fez questão de distribuir exemplares de seu *Compendio* para diferentes jornais.

No que concerne à segunda questão, a referência é ao já mencionado apoio que recebera do Conselho Superior de Instrução. É mesmo significativo que o *Compendio* tenha sido unanimemente aprovado; indícios, talvez, de que a rede de relações acionada por Higgins funcionara.

No entanto, em que se considere esse esforço do autor em preparar o terreno para a aceitação e aprovação, as páginas da obra possibilitam, também, indiciar algumas das representações que foram construídas sobre as contribuições que os exercícios ginásticos poderiam acarretar para a intenção de organizar e disciplinar as maneiras de a população se relacionar com a lógica pretendida para a capital. Afinal, em termos prescritivos, o *Compendio* se tornara, a partir de 1902, uma referência acerca de como aconteceria a educação dos corpos nas escolas.

Nesse quadro, torna-se interessante iluminar algumas de suas principais características. Trata-se de um conjunto de orientações que ocupou 238 páginas e foi dividido em três partes. Na primeira o autor se interessou sobre as *Noções theoreticas indispensáveis aos profissionais* e as distribuiu nos seguintes subitens: educação; educação física (ginástica, definição, divisão e subdivisões); importância da ginástica; exercícios ginásticos (definição, divisão e subdivisões); comandos (definição e divisão); metodologia da ginástica; divisão superficial do corpo humano; terminologia dos movimentos articulares e *preceitos higienicos*.

Em relação à educação física, a sua posição era de que a ginástica seria a mais importante, mas acrescentava que “[...] não a gymnastica acrobática, brutal e perigosa, mas sim a gymnastica racional, baseada em princípios científicos, própria do século em que vivemos” (HIGGINS, 1934, p. 23). Preconizando “[...] que a gymnastica é a arte de exercitar o corpo humano, com fins de torná-lo sadio, educado, belo e forte”, Higgins a dividiu em três ramos:

- a) “Gymnastica hygienica”, que “[...] é a arte que tem por fim conservar e robustecer a saúde”;



- b) “Gymnastica médica [que objetivava] auxiliar a medicina na cura de certas enfermidades e na correção de algumas deformidades”;
- c) a “gymnastica educativa” que seria a arte voltada para “educar o corpo humano, tornando-o ágil, destro, desempenado, forte e esteticamente belo” (HIGGINS, 1934, p. 24).

Ao tecer ponderações sobre as dimensões que a educação deveria contemplar, Higgins afirmou que os aspectos *intelectuais, morais e físicos* deveriam constar no rol das preocupações, mas a dimensão física seria a mais importante. Para justificar a sua defesa recorreu à máxima: *Mens sana in corpore sano*.

Na segunda parte do livro, as luzes foram direcionadas para a *Gymnastica systematica livre*. Fazendo uso de ilustrações e roteiros prescritivos que deveriam ser aplicados, segundo o autor, o objetivo desse momento era apresentar uma possível classificação para os exercícios. Para tanto, elegeu particularizar 11 modalidades, explicitando as suas regras, características e conveniências.

Finalmente, na terceira parte, Higgins se propõe a discorrer sobre a *Gymnastica recreativa ou jogos gymnasticos*. Por suas próprias palavras, “Esta última divisão trata dos jogos escolares, adaptando-os ao nosso clima e classificando-os para os dous sexos” (HIGGINS, 1934, p. 17). Assim, em detalhes, descreveu 12 jogos que poderiam ser desenvolvidos com meninos e meninas e 32 que deveriam ser trabalhados apenas com meninos.

### **3 A EDUCAÇÃO DOS CORPOS E O “DESENVOLVIMENTO PARA A VIDA PRÁTICA”**

O *Compendio* elaborado por Arthur Higgins propicia as condições para que diferentes olhares possam ser lançados em relação à importância, cada vez maior, que os cuidados com os corpos passaram a adquirir dentro da tentativa de remodelação dos comportamentos e tradições da população carioca a contar dos anos Pereira Passos. Nesse sentido, a meticulosidade das prescrições relacionadas aos exercícios ginásticos indicia as atenções que deveriam ser despendidas pelos educadores, almejando inscrever a mística dos “novos tempos” nos corpos das crianças. A esse respeito, cabe sublinhar as considerações de Marilene Silva concernentes à capital nos primeiros anos do século XX:

Os paradigmas da ciência física e biológica, fundamentados do discurso médico-sanitário, valorizavam as atividades

corporais como condição de saúde. O corpo, além de vigiado, passa a ser apropriado e reformulado pelos ideais da ginástica e de saúde (SILVA, 1995, p. 258).

Dentro dos limites deste artigo, optamos por concentrar as atenções em uma questão específica entre as asseverações que foram registradas por Higgins (1934) que encaminham a discussão para o ponto destacado por Silva (1995) de que, para além da vigília, os ideais de ginástica e de saúde pretenderam se apropriar e reformular os corpos. No caso, tomamos como objeto de discussão os “exercícios de movimentos imitativos”, que tinham como pretensão a “educação de movimentos de aplicação prática” (HIGGINS, 1934, p. 53).

Tabela 1 – Exercícios de movimentos imitativos

a)	Nomes dos exercícios	b)	Nomes dos cânticos
1.	Rufar	1.	O tambor ( <i>o soldado</i> )
2.	Içar	2.	O pedreiro
3.	Amassar	3.	O padeiro
4.	Suvelar	4.	O correio
5.	Aplainar	5.	O marceneiro
6.	Cardar	6.	O cordoeiro
7.	Ceifar	7.	O agricultor
8.	Nadar	8.	O nadador
9.	Malhar	9.	O ferreiro
10.	Remar	10.	O marujo
11.	Serrar	11.	O serrador

Fonte: Higgins (1934, p. 53).

As atividades denominadas, *exercícios de movimentos imitativos*, segundo o autor, foram ampliações dos exercícios criados por Mme. Pape-Carpinter para serem executados com música e cânticos<sup>5</sup>. Nesse particular, o professor informa que para a execução do 10º exercício (remar), já se encontravam publicados o cântico e a música sob o título *Tudo pela Pátria*. Em relação aos demais exercícios, em nota de pé de página, sublinhou a informação de que brevemente seriam publicados outros cânticos, também acompanhados de música (HIGGINS, 1934, p. 53).

Poderíamos indiciar nessas prescrições condizentes à educação e disciplinamento dos corpos a intenção de afastar os perigos constantes ao cenário ur-

bano que contrastavam à imagem de “modernização” que a administração Pereira Passos ambicionava impingir à capital?

Para responder a tal questionamento cumpre reafirmar que para o bom andamento da reforma urbana, gradativamente, foi-se intensificando a concepção de que seria necessário despertar e multiplicar a internalização de outras condutas e hábitos na população. Nesse caminhar, não foi por acaso, por exemplo, a questão das atenções governamentais terem se voltado, também, para as crianças pobres e/ou abandonadas. Afinal, estas crianças em particular representavam um “duplo perigo”: por um lado, ocasionavam incômodos e transtornos por suas próprias perambulações cotidianas pelos espaços citadinos; por outro, “contradiziam” às projeções de que se encontraria na infância “o futuro da cidadania carioca”.

Para equacionar este “duplo perigo” encravado nestas crianças pobres e/ou abandonadas, o “sequestro” em instituições voltadas para o ensino de ofícios mecânicos, desde o período imperial, foi empregado como alternativa. E, com efeito, com o advento da República, muitas destas instituições foram transformadas em institutos profissionais. Esse foi o caso do Asilo de Meninos Desvalidos – sito à Chácara dos Macacos, em Vila Isabel (RJ), inaugurado em 1875 –, que passou a ser chamado de “Instituto Profissional” em 1894 (SOUZA, 2008).

Conquanto se constatem diferentes iniciativas governamentais interessadas em concretizar um, por assim dizer, projeto de controle social das relações de trabalho, a educação das crianças e jovens “desvalidos” continuou a desafiar os dirigentes, que procuravam soluções que contemplassem “[...] o projeto dos pretensos construtores de uma nova nação” (MARTINEZ, 1999, p. 14). Sobre esse ponto, desperta a atenção a questão de que pelo menos três dos exercícios mencionados por Higgins na tabela reproduzida (correio, marceneiro, ferreiro) possuem relação com os ofícios destinados às crianças pobres daquele período. Nesse sentido, não seria demais afirmar que Arthur Higgins contribuía, como referido anteriormente, para a internalização de hábitos saudáveis naqueles corpos infantis que seriam os “[...] representantes do futuro do Brazil” (HIGGINS, 1934, p. 47). De que forma? Mediante exercícios imitativos destinados à vida prática, executados ao som de músicas que ansiavam despertar, incutir e multiplicar nas crianças concepções, comportamentos e valores, de maneira que fosse possível “[...] fazer crescer em seus corpos um sentimento de defesa da Pátria” (VAGO, 2002, p. 231).

A associação dos exercícios imitativos aos ofícios emerge, também, no contexto da reforma da cidade do Rio de Janeiro, principal centro político do país, em que a prevenção de comportamentos considerados pela medicina hi-

gienista como ideais deviam ser trabalhados desde a mais tenra idade. Portanto, a intervenção na vida infantil incluiria a educação integral que pretendia entrelaçar aspectos relacionados à moral, ao intelecto e ao físico. Nessa concepção educativa não poderiam faltar atividades físicas, trabalhos manuais e desenho (NUNES, 2000; SOUZA, 2008).

Dessa perspectiva, cabe destacar que o *Compendio* prescrevia atividades físicas acompanhando a seguinte divisão: “[...] exercícios brandos destinados aos educandos de sete a dez anos de idade; exercícios medianos [voltados] aos maiores de dez anos [e exercícios] mais fortes reserva[dos] aos maiores de doze anos” (HIGGINS, 1934, p. 37). Essa separação por faixas etárias das crianças se aproximava das coordenadas gerais traçadas pela reforma educacional realizada por Benjamim Constant em 1890, que estabeleceu a divisão do ensino primário na capital em dois graus. Por esta reforma a escola primária de primeiro grau ficou organizada em três cursos: elementar (de 6 a 9 anos), médio (de 9 a 11 anos) e superior (de 11 a 13 anos). Para ingressar no primário de segundo grau era necessário o certificado de estudos do primeiro (VEIGA, 2007, p. 239). Assim como para estar apto a praticar as lições que compunham os exercícios do *curso complementar* de educação física proposto por Higgins, exigia-se que os *discípulos* maiores de 12 anos tivessem praticado, pelo menos por seis meses, os cursos do *ensino médio* (HIGGINS, 1934, p. 169).

No projeto de educação republicana, “[...] educar o corpo humano, tornando-o ágil, destro, desempenado, forte e estheticamente belo”, como o proposto por Higgins, tornou-se atribuição da escola (VAGO, 2002), que tinha como objetivo domar a “natureza humana”. Nessa direção, a valorização das crianças enquanto portadoras de preceitos médico-higiênicos configurava uma dimensão das preocupações preventivas que deveriam ser espalhadas pelo cotidiano da cidade. Por outras palavras, “Era preciso apagar as marcas de uma história de práticas corporais, destruir seus sinais, forjar novos corpos para, então, começar uma outra história” (HIGGINS, 1934, p. 180).

Nessa medida, não foi por acaso a aproximação das prescrições educacionais prestigiadas pelo Instituto Profissional (antigo Asilo de Meninos Desvalidos) com algumas das coordenadas traçadas no *Compendio* elaborado por Arthur Higgins – que, aliás, foi professor de ginástica, por dois anos, dessa Instituição. Se a administração Pereira Passos tomou para si a tarefa de entrelaçar ao redesenho dos espaços urbanos as preocupações relacionadas à remodelação das práticas de sociabilidade – com o objetivo de “começar uma outra história” para a capital –;

nada mais “coerente” dentro desse projeto do que a questão de eleger a menoridade “desvalida”, também, como objeto de interesse.

Movimento simultâneo, enclausurar esses corpos “desvalidos” na instituição educativa significava tanto “silenciar as inconveniências” que acarretavam quanto colocá-los sob as influências do saber-poder de uma tecnologia educativa que pretendia *incorporá-los* enquanto elementos que, de algum modo, reforçassem os ideais de uma “atitude moderna” que se pretendia multiplicar no período. O investimento, no fundo, passava pela questão de que as atenções direcionadas a essas crianças “desvalidas” concorreriam, sobretudo, para livrar o meio social carioca de suas influências e comportamentos “maléficos”. Educar estes corpos era, assim, controlar os perigos que representavam, quais sejam: “[...] a degenerescencia e o desequilíbrio, consequencia dos abusos do mundo moderno” (DEMENY apud HIGGINS, 1934, p. 25).

Notas explicativas:

<sup>1</sup> Este estudo foi desenvolvido com o apoio financeiro da FAPERJ.

<sup>2</sup> Entre a extensa bibliografia, remetemo-nos às seguintes pesquisas: Abreu (1981, 2003); Araújo (1993); Azevedo (2003); Benchimol (1992); Bretas (1997a, 1997b); Carvalho (1986); Caulfield (2000); Chalhoub (1986); Esteves (1989); Fenerick (1997); Freire (2003); Gomes da Silva (1999); Graham (1992); Herschmann; Lerner (1993); Hollanda (2003); Lenzi (2003); Machado (1998); Matta (2003); Mella (2003); Menezes (1992, 1996); Menezes (2003); Moraes (1994); Pechman (2003); Pereira (1997); Pinheiro; Fialho Júnior (2006); Rago (1985); Rocha (1986); Sevcenko (1984, 1985); Silva (1988); Süsskind (1986); Vianna (1999).

<sup>3</sup> Essa alusão ao responsável pela remodelação de Paris, Barão Georges Eugène Haussmann, já é bastante divulgada no meio acadêmico. Contudo, duas outras dimensões envolvidas neste cognome – “Haussmann Tropical” – são menos conhecidas: 1) Pereira Passos acompanhou pessoalmente, como funcionário da embaixada brasileira em Paris, de 1857 a 1860, a remodelação da capital francesa. Nesse período, também completou seus estudos de Engenharia na *École Nationale des Ponts et Chaussées*; 2) Pereira Passos, de 1880 a 1881, frequentou cursos na Sorbonne e no Collège de France.

<sup>4</sup> A esse respeito, sublinhamos as características da população carioca do período, cuja heterogeneidade se manifestava, por exemplo, no grande número de descendentes de portugueses, africanos, italianos, judeus; nas formas de diversão; na forte presença do candomblé e outros cultos religiosos de origem africana (SILVA, 1995; VALENÇA, 1996; BENCHIMOL, 1992; CAULFIELD, 2000).

<sup>5</sup> Acompanhando as pertinentes ponderações de Cunha Junior (2008) acerca das dificuldades de se mapear a circulação e apropriação, no Brasil, de obras sobre a *ginástica* redigidas por autores estrangeiros, optamos por não incursionar pela presumível biblioteca que poderia ter influenciado a elaboração das ideias de Arthur Higgins no período. Nessa medida, concebidas como sinalizadoras de um percurso reflexivo que ainda necessita de maiores atenções por parte da comunidade de historiadores da educação, registramos três indagações que dentro dos recortes conferidos por este estudo não puderam ser abarcadas: Quais os possíveis comparecimentos das obras de Peher Henrik Ling (1876-1838), considerado um dos mentores da ginástica sueca, no pensamento de Arthur Higgins? E as potenciais interferências de Philippe Tissie (1852-1935), que desenvolveu um sistema de ginástica denominado científico/racional? Finalmente, a defesa que Higgins fazia da utilização dos cantos teria sido inspirada, também, pela leitura de Adolph Spiess (1810-1858), um dos responsáveis pela difusão dessa prática nos exercícios de ginástica alemã?

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debate**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 37, p. 34-46, 1981.
- \_\_\_\_\_. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EdUERJ, n. 10, p. 161-77, maio-ago. 2003.
- ARAÚJO, R. M. B. de. **A Vocação do Prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ATHAYDE, R. A. de. **Pereira Passos**: o reformador do Rio de Janeiro - biografia e história. Rio de Janeiro: A Noite, [s.d.].
- AZEVEDO, A. N. de. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: EdUERJ, n. 10, p. 35-63, maio-ago. 2003.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos, um Haussman Tropical**: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, 1992.
- BRAGA, J. T. **Subsídios para a memória histórica do Instituto Profissional João Alfredo**. Desde a sua fundação até o presente 1875 – 14 de março – 1925. Rio de Janeiro: Editora Santa Cruz, 1925.
- BRETAS, M. L. **Ordem na Cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.
- \_\_\_\_\_. **A Guerra das Ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997b.
- CARVALHO, L. de A. **Contribuição ao Estudo das Habitações Populares**: Rio de Janeiro, 1886-1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.
- CAULFIELD, S. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA JUNIOR, C. F. F. da. **O Imperial Colégio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ENGEL, M. **Meretrizes e doutores**: o saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1845-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTEVES, M. de A. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FENERICK, J. A. **O Anarquismo Literário**: uma utopia na contramão da modernização do Rio de Janeiro, 1900-1920. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREIRE, A. A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, n.º 10, p. 113-24, maio-ago. 2003.

GOMES DA SILVA, P. N. Compendio de gymnastica escolar: o corpo e a pedagogia no início do século XX. In: FERREIRA NETO, A. (Org.). **Pesquisa histórica na educação física**. Aracruz: FACHA, 1999.

GONDRA, J. G. **Artes de Civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GRAHAM, S. L. **Proteção e Obediência**: criadas e seus padrões no Rio de Janeiro 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HERSCHMANN, M. M.; LERNER, K. **Lance de Sorte**: o Futebol e o Jogo do Bicho na Belle Époque Carioca. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993.

HIGGINS, A. **Manual de Gymnastica Hygienica**. De um e outro sexo de oito a cinquenta annos de idade. Ilustrado com figuras explicativas. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio. De Rodrigues & Companhia. 1902.

\_\_\_\_\_. **Compendio de gymnastica escolar**. Methodo sueco-belga-brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro, 1934.

HOLLANDA, R. de. Augusto Malta, a versão mecânica do flâneur. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Ed. UERJ, n. 10, p. 139-47, maio-ago. 2003.

LENZI, M. I. R. Francisco Pereira Passos: possibilidade de um outro olhar. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Ed. UERJ, n.º 10, p. 107-12, maio-ago. 2003.

LOBO, E. L. **História do Rio de Janeiro** Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. v. 2.

MACHADO, H. F. Progresso, civilização e o ordenamento do espaço urbano. **Cidades Brasileiras: práticas urbanas e dimensão cultural**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1998.

MATTA, C. Rio de Janeiro, solo configurador da literatura nacional. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, n.º 10, p. 199-211, maio-ago. 2003.

MELLA, J. L. V. Temporalidade e identidade: o jogo do bicho no Rio de Pereira Passos. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, n. 10, p. 89-99, maio-ago. 2003.

MENEZES, L. M. de. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Órgão do Ministério da Justiça, 1992.

MENEZES, W. C. de. O pungá saiu do entulho: o pequeno comércio do Rio de Janeiro às vésperas da reforma Pereira Passos. **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, n.10, p. 65-87, maio-ago. 2003.

MORAES, J. G. V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1994.

NUNES, C. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

PECHMAN, R. M. De civilidades e incivilidades. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Ed. UERJ, n.10, p. 125-37, maio-ago. 2003.



PEREIRA, L. A. de M. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. **Projeto História - PUC-SP**, São Paulo, n. 14, p. 231-41, 1997.

PINHEIRO, M. C.; FIALHO JÚNIOR, R. da C. Pereira Passos, Vida e Obra. **Rio Estudos** (Coleção Estudos da Cidade). Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Urbanismo/Instituto Pereira Passos, 2006. (Coleção Estudos da Cidade).

RAGO, M. **Do cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCHA, O. P. **A Era das Demolições**: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

SANTOS, J. A. dos. A trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.

SEGAWA, H. **Arquitetura no Brasil 1900-1930**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, E. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, J. C. S. **A Reforma Fernando de Azevedo**: tempos escolares e sociais (Rio de Janeiro: 1927-1930). Dissertação (Mestrado)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Foucault e as Relações de poder: o cotidiano da sociedade disciplinar tomado como uma categoria histórica. **Revista Aulas**, São Paulo: Ed. Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Teatros da Modernidade**: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920. Tese (Doutorado)—Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, M. R. N. da. **O lazer, a contraface do poder**: as linguagens do poder na cidade do Rio de Janeiro na primeira República. Tese (Doutorado em História)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SINGER, P.; CAMPOS, O.; OLIVEIRA, E. M. de. **Prevenir e Curar**: o controle social através dos serviços de saúde. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SOBRINHO, V. **Dicionário Biobibliográfico**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940. 2 v.

SOUZA, M. Z. M. de. **Educar, trabalhar e civilizar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894)**: caminhos possíveis. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SÜSSEKIND, F. **As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

VAGO, T. M. **Cultura Escolar, Cultivo de Corpos**: educação física e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VALENÇA, R. T. **Carnaval**: para tudo se acabar na quarta-feira. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIANNA, A. de R. B. **O mal que se adivinha**: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Recebido em 16 de janeiro de 2013

Aceito em 8 de maio de 2013